A República

Depois da Proclamação da República, formou-se um Governo Provisório sob a "liderança" do marechal Deodoro da Fonseca. Foi, então, elaborada a primeira Constituição republicana e aconteceram as eleições. Deodoro tornou-se o primeiro presidente da República, mas, vítima de um golpe, não chegou a cumprir um ano sequer de seu mandato. Floriano, vice de Fonseca, assumiu as rédeas do País e governou com mãos de ferro.

Em 1894, chegava ao fim o quadriênio dos marechais, na chamada *República da Espada*. Os militares deram lugar aos cafeicultores, que elegeram como primeiro presidente civil do Brasil Prudente de Morais, rico fazendeiro do Oeste Paulista. Com ele, teve início a Política Café com Leite, na qual fazendeiros paulistas e mineiros se alternavam na presidência da República. Tal "sistema" só teve fim quando ocorreu a Revolução de 1930, através da qual Getúlio Vargas tornou-se o presidente do País. Começava a chamada Era Vargas.

Depois da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, o governo de Vargas entrou em crise, em parte motivada pelo fato de as forças aliadas terem derrubado os regimes ditatoriais na Europa. Então, um golpe de Estado comandado pelo ministro do Exército, Gois Monteiro, depôs o ditador e garantiu as eleições presidenciais, nas quais o vencedor foi o ex-ministro de Getúlio, Eurico Gaspar Dutra, o que caracterizou a vitória de Vargas, mesmo deposto.

Com Dutra, teve início o chamado "Período Populista", que contou com outros quatro presidentes: Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart. Nacionalistas, demagógicos e com grande apoio popular, os cinco presidentes do período estabeleceram uma política desenvolvimentista repleta de slogans e medidas transformadoras.

Depois da renúncia de Jânio Quadros e da subida de Jango ao poder, setores influentes da sociedade e os militares brasileiros, além dos EUA, viam no novo governo uma ameaça comunista. Então, em 1964, houve um golpe militar, que colocou o Marechal Humberto Castelo Branco na presidência do País.

Durante a ditadura militar no Brasil, parlamentares foram cassados, líderes sindicais presos e até a União Nacional dos Estudantes foi fechada. Houve o fortalecimento do Poder Executivo, e o alto comando das Forças Armadas passou a controlar a sucessão presidencial.

O regime começou a apresentar sinais de exaustão no início da década de 1980, com os protestos dos estudantes de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, a chamada "Marcha da Panela Vazia" na Praça da Sé, e as greves de metalúrgicos do ABC paulista. Então, o General João Batista Figueiredo, abraçando uma emenda constitucional de 13 de outubro de 1978, permitiu o início da abertura política e a anistia a todos os acusados de crimes políticos.

Restabeleceu-se a liberdade partidária e foram prometidas eleições diretas para presidente. Em 1982, ocorreram as eleições democráticas para governador ainda sob a legislação casuísta da ditadura. Fortalecidas com o resultado das urnas, as oposições lançaram o movimento das ***Diretas Já*** em 1984. Mas as eleições ocorreriam apenas em 1985, ainda pelo Colégio Eleitoral.

A chapa *Aliança Democrática*, formada por Tancredo Neves e José Sarney, venceu a eleição indireta, e com a morte prematura de Tancredo Neves, foi o vice José Sarney, o primeiro civil à frente do País depois de 21 anos, que assumiu a presidência da República. Em 1986, foi eleita uma Assembleia Constituinte para redigir uma nova Constituição, que ficou pronta em 1988.

Nas eleições presidenciais de 1989, o vencedor foi Fernando Collor de Melo (PRN), que se tornou o primeiro presidente eleito por voto direto depois de 29 anos, completando, assim, a transição democrática.

Em meio a um governo tumultuado, Collor sofreu *impeachment* e o vice, Itamar Franco, assumiu o poder. Depois, Fernando Henrique Cardoso governou o País por oito anos e, em seguida, foi a vez de Luís Inácio "Lula" da Silva firmar-se na presidência da República por outros oito anos.